

ANEXO 2016

Nota prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis

1 — Identificação da entidade:

1.1 — Designação da entidade:

LAR ROSA SANTOS,
pessoa colectiva nº 501 870 431

Instituição Particular de Solidariedade Social
Tem a sede na Rua Joao Pedro Ribeiro, 785 – Porto.

1.2 — Natureza da atividade:

A entidade tem por finalidade defender e promover o quadro de valores comum às instituições particulares de solidariedade social.

O Lar Rosa Santos tem ainda como finalidades principais:

- Dar assistência a crianças e jovens do sexo feminino em regime de internato, semi-internato e externato.
- Contribuir para a formação integral, humana, social e moral dessas jovens e promover a sua orientação vocacional e profissional.
- Estabelecer com as famílias as relações que sejam favoráveis ao desenvolvimento integral da criança e da jovem.

As Respostas Sociais que a instituição dispõe actualmente são as seguintes:

- LIJ

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 — As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 — Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior.

Balanço

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2016	2015
ACTIVO			
<u>Activo não corrente</u>			
Activos fixos tangíveis		26.964,41	47.676,62
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros		908,50	691,93
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
		27.872,91	48.368,55
<u>Activo corrente</u>			
Inventários	-	2.692,91	2.992,20
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			

Estado e outros entes públicos		1.974,65	
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
Outras contas a receber			2.876,77
Diferimentos		1.578,48	
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		313.069,17	282.240,49
		319.315,21	288.109,46
Total do activo		347.188,12	336.478,01

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		24.939,89	24.939,89
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		222.398,92	271.596,73
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	-	34.435,89	
Resultado líquido do periodo		16.665,20	-49.197,81
Total do fundo de capital		298.439,90	247.338,81
Passivo			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	-		
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	-		
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
<u>Passivo corrente</u>			

Fornecedores		1.073,71	35.477,50
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		7.983,03	8.747,88
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar		39.691,48	44.913,82
Outros Passivos financeiros			
		48.748,22	89.139,20
Total do passivo		48.748,22	89.139,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		347.188,12	336.478,01

Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		31.291,49	30.199,38
Subsídios, doações e legados à exploração		467.203,68	467.203,68
Variação nos inventários da produção	-		
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-20.833,26	-48.371,28
Fornecimentos e serviços externos		-128.850,61	-245.065,71
Gastos com o pessoal		-304.269,17	-292.459,38
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		34.902,91	63.008,99

Outros gastos e perdas		-1.215,43	-2.050,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		78.229,61	-27.534,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-61.564,41	-21.679,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.665,20	-49.213,65
Juros e rendimentos similares obtidos			15,84
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		16.665,20	-49.197,81
Imposto sobre o rendimento do período	-		
Resultado líquido do período		16.665,20	-49.197,81

3 — Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

3.2 — Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva

de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1 – Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 – Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um activo financeiro é qualquer activo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os activos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2.3 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período de relato.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho

histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

4 — Fluxos de Caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

4.1 — Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	2.231.34	2.168.48
Depósitos bancários	186.991.98	159.225.24
Outros depósitos bancários	123.845.85	120.846.77
Caixa e seus equivalentes	313.069.17	282.240.49

5 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

5.1 — Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística;

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

6 — Activos fixos tangíveis:

6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
Edifícios e outras construções	5.011,24	1.372,14	5.011,24	1.416,16
Equipamento Básico	181.062,76	140.670,69	196.924,96	192.298,13
Equipamento Transporte	53.081,16	53.081,16	61.634,66	42.892,16
Equipamento administrativo	68.573,48	67.981,61	68.573,48	68.573,48
Outros activos fixos tangíveis	27.192,17	24.138,59	27.192,17	27.192,17
Outros ..				
Total	334.920,81	287.244,19	359.336,51	332.372,10

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	Ed. Out. Const.	Eq. Basico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	O. At. Fixos Tangíveis	Total
Ativo Bruto	4332	4333	4334	4335	4337	
Saldo 31 Dezembro 2015	5.011,24	181.062,76	53.081,16	68.573,48	27.192,17	352.696,51
Aquisições		15.862,20	24.990,00			
Revalorizações						
Alienações			16.436,50			
Saldo 31 Dezembro 2016	5.011,24	196.924,96	61.634,66	68.573,48	27.192,17	359.336,51
Depreciações perdas por imparidade acumuladas	43382	43383	43384	43385	43387	
Saldo 31 Dezembro 2015	1.372,14	140.670,69	53.081,16	67.981,61	24.138,59	287.244,19
Depreciações período	44,02	51.627,44	6.247,50	591,87	3.053,58	61.564,41
Alienações			-16.436,50			-16.436,50
Regularização						
Saldo 31 Dezembro 2016	1.416,16	192.298,13	42.892,16	68.573,48	27.192,17	332.372,10
Valo Líquido	3.595,08	4.626,83	18.742,50	0,00	0,00	26.964,41

7 — Rédito:

7.1 — Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de serviços	31.291.49	30.199.38

8 — Subsídios do Governo e apoios do Governo:

8.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração dos resultados.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

Entidade	2016	2015
Instituto Segurança Social	467.203.68	467.203.68
Total	467.203.68	467.203.68

c) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas individuais.

9 — Instrumentos financeiros:

9.1 — Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A entidade reconhece um activo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade

b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, se estivermos perante instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

9.2 — Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, a entidade deve divulgar a respetiva cotação de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2016 o valor dos investimentos financeiros era de: 908.50

10 — Benefícios dos empregados:

10.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.

O número médio de empregados no exercício foi de 17.

10.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

A Direção é constituída por cinco membros.

11 — Outras informações:

Dívidas ao Estado e à Segurança Social:

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2016 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

Porto, 20 de Março de 2017

A Direção:

Maria Sílvia da Couceiro Young
António dos Santos Ferreira
Mário Almeida Capucho
Júlio J. Santos
Hélia Francisca Machado

A Contabilista Certificada:

Isabel Góth Teixeira